

O MITO DO MAQUIAVELISMO E A EDUCAÇÃO EM MAQUIAVEL

THE MYTH OF MAQUIAVELISM AND EDUCATION IN MAQUIAVEL

José Ailton Carlos Lima Correia*
Cornélio Raimundo Mucache**

RESUMO

A proposta deste artigo é buscar a possível dialogicidade entre a política moderna, inaugurada por Nicolau Maquiavel (1469-1527) e sua correlata proposta educacional para a sociedade moderna. O termo depreciativo maquiavélico (mal), do qual atribuímos às práticas das relações políticas desenvolvidas na sua obra *O Príncipe* (1513) minimiza a possibilidade de compreensão da visão democrática e educacional desenvolvida pelo autor. Como expressão dessa negatividade ética em Maquiavel, construída ao longo da História no imaginário de senso comum, costuma-se atribuir a Maquiavel a famosa frase: “Os fins justificam os meios”. Nesse sentido, a leitura apressada de suas obras, em especial *O Príncipe*, nasce “O Mito do Maquiavelismo” que nos impede a plenificação de suas contribuições. O artigo trabalha no esforço inicial para reagir a esta interpretação excessivamente simplista e reducionista do pensamento de Maquiavel. Para analisarmos com a devida atenção o impacto inovador do pensamento do autor, aplicaremos um método analítico cotejando duas de suas mais importantes obras: *O Príncipe*, a mais conhecida, e, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* (1517); nessa última obra, Maquiavel desenvolveu peremptoriamente seus “ideais republicanos e democráticos”. Em seguida, também como objeto de nossa pesquisa, analisaremos os apontamentos educacionais presentes na obra maquiaveliana.

Palavras-chave: Maquiavel. Educação. Cidadania. Política. Ética.

ABSTRACT

The proposal of this article is to seek the possible dialogue between modern politics, inaugurated by Nicolau Machiavelli (1469-1527) and its correlative educational proposal for modern society. The term Machiavellian (evil), which we attribute to the practices of political relations developed in his work *The Prince* (1513) minimizes the possibility of understanding the democratic and educational view developed by the author. As an expression of this ethical negativity in Machiavelli, constructed throughout history in the common-sense imagination, Machiavelli is often attributed to the famous phrase: "The ends justify the means." In this sense, the hurried reading of his works, especially *The Prince*, is born "The Machiavellian Myth" that prevents us from completing their contributions. The article works on the initial effort to react to this excessively simplistic and reductionist interpretation of Machiavelli's thought. In order to analyze with due attention the innovative impact of the author's thought, we will apply an analytical method comparing two of his most important works: *The Prince*, the best known, and *Comments*

* Mestre em Educação, com ênfase em Filosofia da Educação, pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP. pr.ailton@hotmail.com.br

** Doutorando em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. cornemucache@yahoo.com.br

on the first decade of Livy (1517); in this last work, Machiavelli developed peremptorily his "republican and democratic ideals". Then, also as object of our research, we will analyze the educational notes present in the Machiavellian work.

Keywords: Machiavelli. Education. Citizenship. Policy. Ethic.

Introdução

Desconstruindo o “Mito do Maquiavelismo”

Não é sem razão que as interpretações sobre Maquiavel em sua obra *O Príncipe* nos cause tantos juízos de valor. Veja o que ele recomenda ao príncipe, o governante do reino: “é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade” (MAQUIAVEL, 1973, p. 69). Desta forma, a obra maquiaveliana causou – e ainda causa – uma aversão muito grande às ordens vigentes tradicionais, por impactar, em suas disposições internas de valores morais, tradicionais e religiosas, vulnerabilidades desestabilizadoras; pois, à primeira vista, a obra *O Príncipe* parece defender o total imoralismo e o truculento despotismo.

No entanto, para entender a obra de Maquiavel é necessário contextualizá-la historicamente à sua época, a qual cumpria às exigências sociais e políticas de seu tempo. A sua “contextualidade é tão importante quanto a sua obra”; é o tipo de obra clássica que não pode ser apresentada sem a “moldura das categorias de seu tempo”, correndo o risco de desfingá-la de seu sentido maior ou da compreensão de seus termos.

Desde o final do século XIV, em toda a Europa, começaram a surgir as “Monarquias Nacionais” – Absolutismo Moderno – com o fortalecimento do governo real e, portanto, a centralização do poder nas mãos do rei. Nesta época, estava em curso a aguda decadência do sistema feudal e o inevitável enfraquecimento do poder supranacional (o papado) com a emergência da burguesia e o Renascimento. Deste modo, se configurava a emergência do Estado Moderno com as prerrogativas de um governo central na figura monárquica.

Enquanto as nações da Europa construía gradativamente o fortalecimento e a centralização do poder monárquico numa tácita e intrigante aliança com a burguesia, que também se fortalecia, a Alemanha e a Itália eram casos à parte. Elas permaneciam “fragmentadas” em inúmeros Estados, reféns de disputas internas e sujeitas às hostilidades das nações vizinhas que ameaçavam periodicamente invasões. Na política externa, a Itália, objeto de nosso estudo, sofria a ganância da Espanha e França que

assolavam a Península com ocupações intermináveis. A “Itália dividida vivia uma instabilidade política sem fim”.

É nesse contexto de instabilidade política italiana que Maquiavel se propôs a pensar numa proposta que superasse as teorias políticas tradicionais que, àquela altura, não davam conta das demandas políticas/sociais em seu país; sobretudo, em sua cidade Florença, alvo das disputas de poder da família Médici; mas, que naquela ocasião, encontrava-se no governo do republicano Soderini, sob o poder do qual Maquiavel era funcionário público.

Nesta época de instabilidade crônica, vivida pela Itália, mais uma vez foi deposto o seu governante e Maquiavel foi demitido. Recolhendo-se da vida pública, Maquiavel passou a se ocupar da criação de obras que o consagrariam mais tarde: *O Príncipe* (1513) e *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* (1517). A aparente contradição entre as obras é interpretada com a análise em “duas circunstâncias diferentes da ação política”:

- 1) ***O Príncipe***. Esta obra representa o amplo estudo histórico-político realizado por Maquiavel para que o Governo da Itália se tornasse “estável”; como o governante deveria agir para conquistar e manter-se no poder e, para tal empresa, justificaria o “poder absoluto”; o que posteriormente, alcançada a estabilidade e harmonia no Governo da cidade, seria desejável a instalação do “Governo Republicano”.
- 2) ***Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio***. Este trabalho começou a ser produzido “antes” da obra *O Príncipe*, no ostracismo a que foi submetido Maquiavel, quando foi demitido junto com a deposição de Soderini do Governo de Florença. Precisamente nesta obra, Maquiavel se ocupava da construção de sua verdadeira “teoria democrática republicana” cujo conteúdo também expressava a sua “reflexão sobre a Educação” como formadora do indivíduo social. Maquiavel interrompeu este trabalho, *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, por alguns meses, para escrever a sua famosa obra *O Príncipe* que, apesar de toda a sua notoriedade para a ciência política, revelava o seu caráter de “obra emergencial” cuja finalidade era resgatar a ordem e a coesão político-social da Itália que se encontrava fragmentada pela falta de denodo político dos seus governantes.

Portanto, a obra *Os Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* (1517) foi interrompida e concluída “depois” da obra *O Príncipe* (1513) demarcando os principais

ideais de governabilidade política em Maquiavel, que estão longe do “Mito do Maquiavelismo”, e baseiam-se na obra de Tito Lívio, historiador que viveu no século I, antes de Cristo, e escreveu sobre a Roma Republicana pela qual conseguimos compreender o núcleo do ideário político de Nicolau Maquiavel, o seu ideal democrático republicano:

Percebe-se facilmente de onde nasce o amor à liberdade dos povos; a experiência mostra que as cidades crescem em poder e riqueza enquanto são livres. É maravilhoso por exemplo, como cresceu a grandeza de Atenas durante os cem anos que se sucederam à Ditadura de Pisístrato. Contudo, mais admirável ainda é a grandeza alcançada pela República Romana depois que foi libertada dos seus reis. Compreende-se a razão disto: não é o interesse particular que faz a grandeza dos Estados, mas o interesse coletivo (MAQUIAVEL, 1994, p. 197).

Dessa forma, fica clara a evidência da verdadeira “política maquiaveliana”, e “não maquiavélica”, que desvela um caráter estritamente democrático com perspectivas educacionais importantes apontadas na obra *Comentários da primeira década de Tito Lívio* para uma sociedade moderna. A obra *O Príncipe* corresponde à preparação de um ambiente político desejável para a vida em sociedade democrática; ela responde “realisticamente” às demandas de um mundo em transformação. Maquiavel funda a Ciência Política Moderna a fim de preparar um governo forte para garantir a Democracia para todos na perspectiva republicana de governabilidade:

E é evidente que o interesse comum só é respeitado nas Repúblicas: tudo o que pode trazer vantagem geral é nelas conseguido sem obstáculos. Se uma certa medida prejudica um ou outro indivíduo, são tantos os que ela favorece, que se chega sempre a fazê-la prevalecer, a despeito das reticências, devido ao pequeno número de pessoas prejudicadas (MAQUIAVEL, 1994, p. 198).

A Ética e a Política em Maquiavel

Para Maquiavel, *a moral política distingue-se da moral privada*, uma vez que a ação política deve ser julgada a partir das circunstâncias vividas na cidade – *Polis* – e tendo em vista os resultados alcançados na busca do “bem comum”. Ou seja, os interesses particulares são importantes; no entanto, eles nunca devem estar acima dos interesses da Comunidade. O governante deve se preocupar com o bem comum em primeiro lugar, e isto deve estar, segundo Maquiavel, acima de sua moral particular, ainda que esta tenha valores morais importantes. E, aqui está a “confusão” que pretende inseri-lo numa *imoralidade ética*. Para Maquiavel, o campo ético tradicional, no qual se inscrevem a

moral, a religião e a tradição, tem importância secundária na pauta de prioridades quando se trata de Governo para todos.

A Nova Ética Maquiaveliana, como dissemos, não mais Maquiavélica, passou a analisar as ações da política humana, não mais em função de uma hierarquia de valores dada *a priori* e determinada pela História das tradições; mas, sim, tendo em vista as suas consequências, os resultados da ação política para todos. Assim, não se tratava de um *amoralismo político* ou de uma defesa à *banalidade ética*; mas, sobretudo, da instauração de um Estado laico, uma nova proposta política voltada para o bem de todos que romperia com os grilhões das concepções medievais conservadoras e dominantes, centrando o homem como agente de sua História Política.

Era a inauguração de uma nova moral centrada nos critérios da avaliação do que é útil a toda comunidade. Assim, o “dever do Príncipe” era manter-se no poder a qualquer custo sob a legitimidade da importância e responsabilidade de seu Governo para o bem de todos; para isto, estaria validada a força, a coerção, o decreto da guerra, a espionagem, e o método da violência. Deste modo, devemos temporariamente *suspender os juízos morais* para alcançar as propostas contidas na obra *O Príncipe* cuja finalidade era protagonizar os homens numa época de hegemonia religiosa e tradicional, agravado pelo fato de viver em uma Itália fragmentada por uma política frágil de governabilidade a qual fazia perpetuar o caos político e social.

Sem essas ponderações, poderíamos perfeitamente considerar que Nicolau Maquiavel defendia o “político imoral e tirano”. Seria simplista e óbvia demais esta conclusão. A leitura maquiaveliana sugere a superação dos escrúpulos imobilistas da moral individual; mas, não rejeita a moral própria da ação política. Assim, para Maquiavel, a moral, a religião e a tradição, apesar de boas para o autor, não podem servir exclusivamente de orientações para a ação política. Ou seja, para Maquiavel, o Estado Moderno deve ser competentemente neutro, em todos os aspectos, para garantir o bem geral a favor de todos. Assim, para fazer política é preciso compreender o “jogo de forças” existentes e agir coerentemente de forma realística.

Além disso, para dirimir as possíveis incompreensões sobre as ideias maquiavelianas, que comumente são imputadas como tiranas ou imorais, existem apontamentos claros na obra *O Príncipe* (capítulo IX) onde Maquiavel discorre sobre a necessidade de: “o governante ter o apoio do povo que sempre é melhor do que o apoio dos grandes; estes podem ser traiçoeiros”. Ou seja, já se manifestava na obra *O Príncipe* o primeiro rompante político importante de um Maquiavel democrático.

Virtú e Fortuna

Para descrever a ação do Príncipe, Maquiavel usa as expressões italianas *Virtú e Fortuna*. A *Virtú* significa virtude, no sentido grego de força, valor, qualidade de lutador e guerreiro viril. Esta qualidade estava associada à educação do homem grego chamado *Paideia* na época homérica.

O homem grego, em especial na aristocracia, era formado dentro de uma perspectiva educacional para o combate, onde a sua dignidade humana era encontrada na realização de um grande feito na esfera pública – *para Polis* – que depois de construída essa ação histórica, seria lembrada eternamente às gerações posteriores. *Virtú* é o mesmo que *Areté*, que em grego significa “honra e coragem no sentido cavalheiresco”.

Desta maneira, para Maquiavel, os “Príncipes de *Virtú*” devem ser governantes especiais, capazes de governar com coragem empreendendo grandes obras e provocar profundas transformações na História de suas sociedades.

Para destacarmos melhor a concepção de *Virtú* em Maquiavel, é bom entendermos que não se trata do governante virtuoso, aquele que age na orientação de uma ética platônica em que a moral é o bem supremo e deve ser perseguido pelo homem como meta de vida. A *Virtú* em Maquiavel exalta o governante que sabe identificar o “jogo político ao seu redor” e age com coragem, na hora certa, para conquistar e manter-se no poder pelo bem de todos. Não é uma teoria; é um agir na vida prática como ela se apresenta. Trata-se de práxis política.

Outro aspecto importante da concepção política maquiaveliana é a *Fortuna*, que na definição do senso comum significa bens, riquezas. No entanto, sua origem é a “deusa romana fortuna” que representa a abundância e a riqueza; mas, também, é aquela que move a roda da sorte. Especificamente, *Fortuna* significa ocasião, acaso, sorte.

Então, para agir bem, o governante na obra *O Príncipe* não deve deixar escapar a ocasião da sorte, a oportunidade única que se desvela no tempo histórico humano. Assim, o Príncipe é aquele que deve estar atento a tudo para tirar proveito de todas as oportunidades. Em outra linguagem, todas as situações, até mesmo as crises, trazem consigo a face de suas grandes oportunidades que somente – *o Príncipe* – sabe discernir a *Fortuna* para se valer de suas chances especiais.

No entanto, a *Fortuna* de pouco, ou nada, serviria sem a *Virtú*; pois, poderia se limitar a mero oportunismo. Neste sentido, Maquiavel distingue o perfil do Tirano do perfil do Príncipe na *Virtú*; o Tirano age por capricho ou por interesse próprio nas

oportunidades, enquanto o Príncipe age na oportunidade para o bem coletivo. Desta maneira, Nicolau Maquiavel, em sua obra *O Príncipe*, subverteu a lógica tradicional da Teoria Política feita, até então, pelos gregos e medievais inaugurando a gestão da *Nova Política Moderna*.

Virtú e Fortuna formam o binômio indispensável para a formação do caráter político do *Príncipe*; esse que deve governar para o bem comum de todos. Para isso se realizar, o governante deve usar de todas as suas táticas políticas para manter-se no poder a fim de instaurar um governo duradouro que supere todas as adversidades sociais. Assim, identificamos a partir da obra *O Príncipe* uma política moderna “laica” que se orienta no protagonismo humano pautado em suas próprias necessidades, e não mais voltada pelo moralismo tradicional e religioso que mantinham o homem refém de heteronomias predeterminadas.

A autonomia política do homem moderno ganhou contornos em Maquiavel que, para ser republicano sob os auspícios dos ideais democráticos, precisava abdicar dos interesses próprios e particulares, tradicionais e religiosos de sua época, para por em movimento a política para todos. A Política proposta por Maquiavel é moderna porque é uma política do homem para o homem; da análise de uma sociedade para um fim social. Parece-nos que os temas polêmicos que estão na pauta da discussão na sociedade: eutanásia, aborto, maioria criminal, biociência, inteligência artificial, progresso-ecologia, transgênicos, ideologia de gênero e outros temas, que devem ser discutidos com os setores tradicionais e religiosos, próprios da sociedade, precisam da gestão de governantes que tenham a *virtú e a fortuna* para discernir o que é melhor para a coesão social e o desenvolvimento de toda a sociedade.

Educação em Maquiavel

O que afinal, um pensador com ideias tão inovadoras na dimensão política poderia contribuir para a Educação?

Desfeito o “Mito do Maquiavelismo”, podemos, então, nos concentrar na pesquisa de Maquiavel sobre a educação em sua obra *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Por certo, é uma perspectiva muito singular em Maquiavel que nada tem como proposta para uma suposta “teoria pedagógica” à semelhança de outros pensadores do mesmo período que foram influenciados pelo Renascimento os quais propunham a transformação da sociedade pela Educação. A escassez de estudos dedicados diretamente

ao tema da educação em Maquiavel, talvez, deva ser tributada ao próprio autor: o termo “*educazione*” está ausente de dois trabalhos célebres, *O Príncipe* e *Histórias florentinas*. No entanto, na obra *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* ela ocorre algumas vezes.

Para Nicolau Maquiavel, os homens e todas as coisas são instáveis; o desejo humano não deixa nada em repouso. Cabe, pois, um breve estudo neste aspecto humano. Para Maquiavel, o homem é determinado por seus instintos e necessidades que o orienta incansavelmente e sem qualquer controle interno. A característica essencial do “desejo humano”, como na perspectiva schopenhauereana¹, é a insatisfação e a vontade desmedida. O homem é insaciável, seu desejo se dirige a tudo e sem qualquer controle interno. Maquiavel revela esta ideia:

Por outro lado, nada pode saciar os apetites humanos, pois a natureza nos deu a faculdade de tudo desejar, mas a sorte não nos deixa senão provar poucas coisas, disto resultando um descontentamento permanente, e um desgosto pelo que possuímos, o que nos faz culpar o presente, louvar o passado e desejar o futuro, ainda que sem razão. Talvez, eu próprio mereça ser contado entre tantos que se enganam, se nestes comentários me exceder nos elogios as antigos romanos, censurando em demasia o século em que vivemos (MAQUIAVEL, 1994, p. 191).

Para Maquiavel, o sujeito individual sempre desejará algo para si. Assim, o desejo humano será sempre predominantemente particular em relação ao desejo alheio. Desta forma, devido a esta característica, os desejos antagonizam os homens entre si. Como diz Thomas Hobbes: é a luta de todos contra todos. Mas, os homens se opõem entre si não porque seriam simplesmente malvados; mas, porque são rivais na “consumação de seus desejos”. Neste sentido, o homem precisa ser educado para não se orientar pelos seus instintos.

Além do fato do desejo, que coloca todas as coisas em contínuo movimento de conflitos, criando instabilidade nas relações humanas, deve-se também levar em conta que toda realidade do mundo cumpre um ciclo vital e que é determinado pela própria natureza. O ciclo vital da natureza é marcado por etapas pelas quais todos os seres vivos: nascem, se desenvolvem e morrem. Vejamos o apontamento de Maquiavel: “Neste

¹ *O Mundo como Vontade e Representação* (*Die Welt als Wille und Vorstellung* em seu título alemão) é a grande obra do filósofo Arthur Schopenhauer, composta por quatro livros e publicada em 1819. Para o filósofo, somos uma espécie de brinquedo de nossos próprios desejos. Para Schopenhauer, não é a razão que orienta os homens, mas, sim, a vontade como força indomável, *coisa em si* no Cosmos que adquire a sua objetividade máxima na vida dos homens. Para Schopenhauer, não há ninguém que a direcione e domine. Já a representação é o mundo em que vivemos, como vivenciamos e sentimos nossas experiências.

mundo todas as coisas têm fim: esta é uma verdade perene. Mas só se mantêm no curso que lhes deu a providência as coisas que guardam regularidade, sem sofrer alterações ou sofrendo-as para o bem, e não para o mal” (MAQUIAVEL, 1994, p. 301).

Destarte, temos duas categorias de movimento: “aquele que surge do desejo e outro que emerge da natureza”. Ambos, caso sigam seus movimentos, que lhe são peculiares de forma livre o curso da história humana, levam à desordem: o desejo que não é submetido ao controle da lei causa a anarquia e a dissolução da vida em sociedade; e, a natureza que segue um movimento pela própria necessidade, culmina na degradação definitiva de toda ordem visível.

Nesse sentido, a educação que é pensada por Maquiavel constitui-se como uma “força destinada a forjar o controle” da desordem natural inerente ao movimento, tanto do desejo quanto da natureza. Não se trata de uma Educação capaz de controlar os “movimentos naturais da vida humana e da natureza”; mas, conhecer suas leis para ordená-las impedindo os seus efeitos nocivos à sociedade dos homens. Assim, para Maquiavel, pela educação, o homem é capaz de conhecer a “natureza das coisas”, o que as coisas podem ser desde sempre

Entendendo o movimento das leis humanas e da natureza, o homem torna-se, então, capaz de se antecipar ao “curso das coisas ordenado pelos céus”, segundo Maquiavel.

Assim, significa dizer que, pela Educação o homem será capaz de manejar a realidade com maior facilidade para harmonizá-la e dirigir seus esforços no sentido de obter melhores resultados. Ou seja, Maquiavel propunha uma “Educação pragmática” que se pautava na “concretude da vida humana” como em sua proposta inovadora na Política.

Por fim, a Educação maquiaveliana possibilitava moldar o comportamento dos indivíduos de tal modo que o curso das coisas se redirecionasse para uma ordem coerente do bem coletivo. Assim, faremos um exame das passagens nas quais Maquiavel refere-se à Educação para mostrar como ela promove esse conhecimento.

No tocante à Educação maquiaveliana, podemos perceber a sua primeira observação em função da “fraqueza dos homens” por não observar a História, e aprender com ela para poder imitá-la e tê-la como referência de transformação na sociedade:

A causa disto, na minha opinião, está menos na fraqueza em que a moderna religião fez mergulhar o mundo, e nos vícios que levaram tantos Estados e cidades da Cristandade a uma forma orgulhosa de preguiça, do que na ignorância do espírito genuíno da história. Ignorância que impede de aprender o seu sentido real, e de nutrir nosso espírito com a sua substância. O resultado é que os que se dedicam a ler

a História ficam limitados à satisfação de ver desfilar os acontecimentos sob os olhos sem procurar imitá-los, julgando tal imitação mais do que difícil, impossível (MAQUIAVEL, 1994, p. 18).

Nesta citação acima, fica clara a intenção de Nicolau Maquiavel de superar uma “leitura meramente contemplativa e neutra da História” para uma leitura de “interpretação ativa e pragmática” a qual visa extrair lições do passado para aplicá-las ao presente e futuro, convertendo, assim, a própria História em instrumento de transformação através da educação. Foi precisamente isto que ele fez na proposta política da sua obra *O Príncipe* para a sociedade moderna, como vimos anteriormente na perspectiva Política.

A crítica maquiaveliana da educação de seu tempo tem sua fundamentação no exemplo dos antigos romanos, e é por esta razão que propõe a imitação destes como forma de recuperar a *Virtú* perdida pela corrupção da negligência presente. *Mas, de que “Virtú educacional” se discute em Maquiavel? E se esta educação existe, em que medida seria possível a sua interlocução com o nosso tempo de sociedade contemporânea?*

Trata-se da “*Virtú Cívica*” tão preterida em tempos de liberdade democrática, que não corresponde a uma “qualidade moral do indivíduo”, e, sim, a *Virtude Cívica* ligada à concepção clássica dos romanos da qual apresenta qualidades tais como: simplicidade de costumes, moderação, coragem, patriotismo, disponibilidade a sacrificar-se pelo bem comum, etc. A proposta de Nicolau Maquiavel não é a de formar “homens bons” como a religião prescreve; mas, formar “bons cidadãos” para a sociedade.

A educação proposta por Maquiavel não é uma educação do particular ao universal; mas, do universal ao particular. Segundo esta concepção educacional, os interesses da cidade – *civilidade na Polis* – devem estar sobre os interesses particulares.

Assim, o desenvolvimento da *Virtude Cívica* deve estar diretamente vinculado à ação educacional. Uma educação cívica que pense os problemas da cidade, de sua cultura, valores, propósitos e sociabilidade, que esteja inserida na participação de um mundo melhor. De alguma maneira, Maquiavel está dizendo que os homens sempre serão o que a educação faz neles, ou, aquilo que não faz deles. Ela molda o modo de ser dos homens ou descaracteriza-os para uma espécie de alienação na esfera pública. Para Maquiavel não existe determinismo natural, histórico, religioso ou de qualquer outro gênero afirmando que o homem é apenas um produto passivo dos desdobramentos da sua História. Para Maquiavel, o homem deve ser o protagonista de sua vida e sociedade construindo uma História fora dos determinismos que nos apontam para uma História dos interesses da ideologia dominante. Neste aspecto, para a educação maquiaveliana “o ser fraco” ou “o

ser forte”; isto é, ser corajoso ou débil na sociedade dos homens, não é uma determinação natural, mas cultural; não é uma qualidade inata determinada pela natureza e pela História, mas, cultivada pela própria educação.

Desta maneira, podemos perceber claramente que a educação não poderá ser neutra; sobretudo, sempre estará condicionada ao seu mundo e sua contextualidade política.

Considerações Finais

Pensando numa Educação maquiaveliana, não conseguimos identificar uma pedagogia formal proposta por Maquiavel. No entanto, dentro da perspectiva renascentista que se opunha à vigência dominante do medievo religioso, Maquiavel apresenta uma educação para a modernidade dentro das orientações políticas propostas por ele. A partir de suas reflexões emerge claramente um posicionamento que, mesmo não se constituindo uma “pedagogia oficial”, Maquiavel oferece um conhecimento e observações dos costumes da vida social que devem ser considerados pela educação como método próprio para assegurar a formação e o desenvolvimento intelectual e moral (dos homens) que são imprescindíveis na construção de uma ação política para o bem comum, como tarefa de cada um e para ao bem geral de todos.

Portanto, podemos inferir que a educação maquiaveliana está plenamente subsidiada pelo seu ideário político assentada na obra *O Príncipe*. A Educação maquiaveliana tem como proposta a formação plena do homem correlacionada à construção do conhecimento humano – *social e político* – para que o homem viva em sociedade.

A educação, segundo Maquiavel, deve “formar” o cidadão ao inculcar nele a “*Virtú Cívica*”: o amor à pátria, a dedicação à sociedade e a subordinação do bem privado ao bem público. Está explícita aqui uma moralidade: Maquiavel condena o vício, o ócio, a inveja, a ingratidão, o egoísmo e tudo aquilo que impede o homem de engajar-se na defesa da liberdade como bem coletivo.

É importante frisar que estas qualidades são importantes porque contribuem para a estabilidade e permanência da República e não porque são atributos bons por expressarem a perfeição moral de um indivíduo.

Enfim, em Nicolau Maquiavel estabelece-se uma relação “muito estreita entre a moralidade cívica e a vida política saudável”, e isto implica uma ação educativa autêntica.

Para Maquiavel, sem bons costumes – *civilidade* – não existem Estados solidamente instituídos. Por esta razão, quando os costumes se corrompem, a sociedade humana se corrompe na mesma medida e proporção. A civilidade, compreendida na perspectiva da educação maquiaveliana, é mais importante do que as próprias leis; pois, onde falta virtude cívica, as leis se mostram impotentes para restaurar a vida política.

Tanto a política quanto a educação em Maquiavel são imprescindíveis para a reflexão da “coesão social moderna”. Hoje, a civilidade e o patriotismo estão em baixa em função do desaparecimento da *Virtú* na Educação contemporânea. Os valores sociais próprios para as relações humanas e para construção de uma sociedade emancipada e solidária foram substituídos pelo individualismo e pelo relativismo epistemológico: cada um vive a sua vida mediante a sua verdade. Isto sim é maquiavélico!

Precisamos retomar a discussão, urgentemente, sobre uma educação cujo princípio democrático – *pelo qual discorremos em Maquiavel* – esteja no direito universal de todos, no dever do Estado; mas, sobretudo, também, num debate que pautar a proposta de uma educação na perspectiva do bem social: a formação para uma “cidadania politizada para a construção da sociedade humana mais justa e igualitária”.

Referências

E-REFERÊNCIA. Universidade Claretiano de Ensino. **Paideia: tópicos de Filosofia de Educação**. 2013. Disponível em:

<http://www.academia.edu/35695462/PAIDEIA_T%C3%93PICOS_DE_FILOSOFIA_E_EDUCA%C3%87%C3%83O>. Acesso em: 14 nov. 2016.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**. 14. ed. Porto Alegre: L&PM, 1996.

JAEGER, W. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe: escritos políticos**. São Paulo: Nova Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. 3. ed. Brasília, DF: Editora UNB, 1994.

RUBIM, S. R. F. Política e Educação no pensamento de Nicolau Maquiavel. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, IX., **Anais...** Curitiba, 2009.